

## “UM DIA A MINHA LIBERDADE CANTA”: PRIVAÇÃO DE LIBERDADE COMO EXPRESSÃO DA NECROPOLÍTICA DE GÊNERO

### **Larissa Ferreira Nunes**

*Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, larissafnpsico@gmail.com;*

### **Tadeu Lucas Lavor Filho**

*Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, tadeulucaslf@gmail.com;*

### **Jéssica Silva Rodrigues**

*Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, jsrodriguespsi@gmail.com;*

### **Carla Jéssica Gomes de Araújo**

*Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - UFC, carlajessica.cjag@gmail.com;*

### **João Paulo Pereira Barros**

*Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará - UFC, joaopaulobarros07@gmail.com.*

## **Resumo**

Objetiva-se analisar os efeitos da privação de liberdade no cotidiano de adolescentes mulheres a quem recai a pecha de “envolvida”. As novas dinâmicas da violência urbana no Ceará e a política punitivo-penal estatal, têm contribuído para o aumento da privação de liberdade e assassinato do público feminino,

sobretudo a partir do enquadramento de envolvimento com o tráfico de drogas. Tal pesquisa é um desdobramento da dissertação “Quando vi, tava envolvida”: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. Utilizamos perspectivas da psicologia social em diálogo com outras correntes teóricas que versam sobre violência urbana e gênero, sobretudo feministas negras. Elegeu-se a cartografia como tipo de pesquisa-intervenção para acompanhar as relações de poder-saber-Subjetivação em torno da vida das participantes. Além disso, a entrevista narrativa e diários de campo foram ferramentas de colheita de dados. Por fim, a análise ocorreu sob a égide da cartografia. Dentre os efeitos analisados, destacamos: trajetórias são constituídas sob o signo da desigualdade; incremento e fortalecimento de facções criminosas, em que tornam a mulher “território” de disputa e de exercício performativo de poder, sobretudo ao assassiná-las; aprisionamento à céu aberto e internalização do “viver acuado”; outro destaque refere-se à condição máxima de precarização em que se encontram as vidas das adolescente. Essas situações são expressões de uma necropolítica de gênero. Por fim, aponta para necessidade de olhar interseccionalmente para formulações de políticas públicas e uma psicologia atenta aos efeitos psicossociais no cotidiano das ditas “envolvidas”.

**Palavras-chave:** Adolescência, Socioeducação, Gênero.

## Introdução

Esta pesquisa tem como campo de problematização as dinâmicas da violência urbana na cidade de Fortaleza e seu entrelaçar com as adolescentes a quem recai a pecha de “envolvida”. Envolvida, diz respeito ao enquadramento discursivo no suposto envolvimento com tráfico de drogas e com “facções criminosas”, grupos criminosos que disputam territórios e os mercados ilegais de drogas e armas na cidade (BARROS *et al.*, 2019). Análises psicossociais acerca da violência urbana no Ceará aponta a política de guerra as drogas, as políticas de privação de liberdade e o aumento sistemático de torturas seguida de assassinato de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência urbana no Ceará como expressões da necropolítica à brasileira (BARROS *at al.*, 2019; NUNES, 2020/ SOUSA, 2020). A necropolítica é um categoria fundada por Achille Mbembe (2017), segundo este, ela remete a possibilidade de exercer o poder político social e individual da gestão da vida e da morte em larga escala. Não à toa que Fortaleza tem sido a capital nos últimos dois Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) em que adolescentes mais tem sido assassinados (MELO E CANO, 2017).

Dentre essas mortes, destacamos a forma brutal como adolescentes e jovens mulheres são torturadas, filmadas, mortas e têm essas cenas divulgadas em redes sociais com o intuito de “atingir” homens de facções rivais (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020), reflexo histórico da forma como a mulher é objetificada e subordinada ao patriarca (SAFIOTTI, 2001). Quando observamos o perfil destas jovens mortas, observa-se a presença do machismo e do racismo sexista à brasileira (GONZÁLEZ, 1984). A partir disso, fazemos uma leitura genderizada da necropolítica, sobretudo a partir de Sagot (2013), a qual implica novas configurações de gestão e produção de morte das existências que se aproximam do feminino.

Diante dessas problemáticas, têm-se como objetivo analisar os efeitos da privação de liberdade no cotidiano de adolescentes mulheres a quem recai a pecha de “envolvidas”. Por meio de uma cartografia como tipo de pesquisa-inter(in)venção (BENÍCIO *et al.*, 2018), tomamos como analisadores (LOURAU, 2013) cenas narradas em entrevistas por adolescentes privadas de liberdade. Para essa análise, partimos de articulações teóricas entre diferentes autores e autoras que discutem

sobre adolescências/juventudes, violência urbana e Psicologia Social, sobretudo com críticos à colonialidade e perspectivas feministas. A Psicologia Social é um corrente teórica que problematiza os modos de subjetivação, as produções de desigualdades sociais e seu enfrentamento (MAYORGA; RAZERA; PEREIRA, 2009). Aliada as discussões da Psicologia Social, utilizamos a noção de necropolítica e produção de mundos de morte de Mbembe (2017) em discussão com Montserrat Sagot (2013) em sua leitura genderizada acerca da necropolítica. Além disso, perspectivas feministas tais como Judith Butler e seu debate sobre vidas precárias, feministas negras em sua discussão sobre interseccionalidade, como Carla Akotirene, Sueli Carneiro e Leila González.

Vale ainda ressaltar que essa pesquisa é um desdobramento da dissertação “Quando vi, tava envolvida’: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade”, ligada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. As seções a seguir estão divididas da seguinte maneira: apresentação do percurso metodológico, resultados e discussões acerca dos efeitos que a condição de privação de liberdade no cotidiano de adolescentes e jovens mulheres e por fim as considerações finais com fechamento dos principais achados na pesquisa.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa cartográfica com adolescentes e jovens mulheres em cumprimento de medida socioeducativa em Fortaleza, Ceará. Para tanto, articula-se pistas do método da cartografia apontadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2010) e Passos, Kastrup e Tedesco (2014), à noção de interseccionalidade como dispositivo ético-político e analítico. A interseccionalidade visa, segundo Akotirene (2018, p. 14) “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas”, sobretudo pelo cruzamento e sobreposição de raça, gênero e classe, aparatos coloniais atualizados historicamente.

Elegeu-se o único Centro Socioeducativo destinado a adolescentes a quem se atribui o cometimento infracional como *lócus* de pesquisa. Nessa instituição encontra-se todas as medidas de restrição

ou privativa de liberdade. Dentre os critérios de inclusão (ter mais de 15 anos, declara-se como atuante no tráfico de drogas) e de exclusão (ter alguma incapacidade de fala), 10 adolescentes aceitaram participar da pesquisa. Dentre as menores de 18 anos, além de seu próprio interesse, foi solicitado autorização dos responsáveis legais que faziam visitas periódicas as participantes. Desse modo, foi respeitado todos os preceitos éticos do Comitê de Ética de Pesquisa, aprovado sob o parecer: 3.398.916.

Como instrumentos de co-produção e colheita de dados, foi utilizado diários de campo e entrevistas narrativas com essas adolescentes. Os diários de campo consistiu em anotações dos dias de visitas da autora a instituição, com anotações das relações de poder-saber-Subjetivação envolta da institucionalização (PASSOS; KASTRUP, 2014). A respeito da entrevista narrativa, sob o manejo cartográfico, visou coletivizar as experiências das interlocutoras, elencar em cenas episódicas narrativas que se assemelhavam, assim como também, a produção de novos sentidos e ideias (agencimanetos coletivos) ao revisitar memórias e o plano coletivo de forças dos modos de subjetivação destas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

A análise de dados também ocorreu pela inspiração do *ethos* da cartografia, a qual, segundo Barros e Barros (2014), atravessa todo o percurso da pesquisa, posto que inserir-se no território, pesquisar e intervir são processos que permeiam toda a investigação de modo a ser inseparado do analítico. Aliada a essa perspectiva, a interseccionalidade perpassa por esse manejo, com o intuito de indentificar as sobreposições de opressões e privilégios que fecundam os cotidianos e processos subjetivos das participantes. Além disso, tomamos as narrativas da jovens e didaticamente apresentamos alguns efeitos que entrecruzam-se nos difernetes cotidianos das jovens, mas que rizomaticamente estão conectados. Estes efeitos são vistos como acontecimentos-analisadores por provocarem análises, rupturas e explicitação de elementos psicossociais (LORAU, 1993). São eles: a desigualdade social que produz suas adolescências e culmina na privação de liberdade; incremento e fortalecimento das facções criminosas que cada vez mais utilizam as mulheres em seus jogos de poder e disputa; a sensação de aprisionamento dentro e fora do centro socioeducativo, o qual culmina em um “viver acuado” e a condição de máxima de precarização das vidas que estão submetidas as existências dessas jovens.

## Resultados e discussão

“Eu não tive adolescência não, mulher! Se eu tive, eu nem me lembro”, disse Loirinha, nossa primeira interlocutora. Narrativa essa que se repetiu nas outras nove entrevistadas. Em geral, por ainda na infância trabalharem ilegalmente para ajudar no sustento financeiro de casa e que crescem com o tráfico de drogas e operações policiais cotidianamente, esses fenômenos são situações naturalizadas em seus cotidianos. São infâncias e adolescências constituídas onde o Estado Penal Punitivo está presente em detrimento do Estado Garantidor de direitos. Nas periferias de Fortaleza, a intensificação do policiamento ostensivo corrobora para a gestão da miséria, penalização da pobreza e do monopólio da violência como um mercado rentável, a exemplo das prisões e programas policiaescos (DAVIS, 2018; BORGES, 2018).

Nos conta Lorin, mais uma entrevistada, como entrou no tráfico de drogas: “É, tinha um cara lá que chamou meu irmão pra vender droga [...] meu irmão não quis, ai eu pensei assim ‘se meu irmão não quer, eu vou aproveitar essa oportunidade’. Que era pra ganhar dinheiro. Ai eu ‘ei menino, bota eu no lugar dele. Ele não vai querer”. E assim Lorin, vendo o tráfico como uma oportunidade de “mudar de vida” passa a participar desse mercado. Entretanto, assim como Loirinha, Paul, Pérola e outras entrevistadas, o trabalho infantil e a evasão escolar foram visto como fatores de vulnerabilização e de visibilização dos “chefes” do tráfico local para usar da força de trabalho destas. Em geral, há um trabalho feminizado para as jovens no tráfico que as colocam em condição de maior vulnerabilidade, tais como “mula” (fazer o itinerário de algo) e empacotar a droga (SOUZA, 2015; BOITEUX, 2016). São divisões de tarefas que contribuem para a inscrição das adolescentes em atividades ilícitas e, conseqüentemente, na privação de liberdade destas.

Além disso, dentre os efeitos psicossociais que tem corroborado para a privação de liberdade e o assassinato de adolescentes e jovens mulheres em Fortaleza, pesquisas destacam a atuação das facções criminosas que se instalaram, tais como Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN) ou nasceram no Ceará, como a Guardiões do Estado (GDE) (PAIVA, 2019; BARROS *et al.*, 2019; NUNES, 2020). Sobre o belicismo entre facções, Pérola contou que já foi sequestrada por integrantes de facções rivais

que tinham o intuito de atingir seu namorado ao fazer algo com ela. Por coincidência, ela foi liberada devido seu pai ser um dos “chefes” dessa facção. Essas mesmas pesquisas também colocam que mesmo anteriormente as facções, sobretudo na época das gangues de bairros que disputavam o tráfico de drogas local, a resposta estatal diante do avanço da violência urbana no Ceará foi fortalecer políticas ostensivas, militarizadas e de segurança punitiva, diante da queda de recursos para políticas socioassistenciais e de prevenção a violência (CEDECA, 2019).

Esses intergrantes de facções se utilizam dos processos de gênero institucionalizados para “convidarem” as adolescentes, nos diz Marta sobre entrar no tráfico “Aí que eles quer mesmo menina, que não chama muita atenção. Homem não, homem já é mais fácil, aí o policial ver e já pode abordar. Né sempre que tem perfem na viatura pra abordar menina, entendeu?” (Marta, 2019). Lorin também contou que dificilmente sofre revista policial, enquanto os jovens precisam esconder as drogas na areia para não serem “pegues em flagrante” na hora da revista.

Outra dimensão que esses chefes de facções utilizam das adolescentes refere-se aos relacionamentos e jogos de poder entre quem faz parte da facção a mais tempo, fazendo com que as adolescentes assumam por atos ilícitos que não cometeram. Duda foi uma dessas adolescentes que se encontravam no Centro por assumir “B.O.” de um jovem maior de idade: “O meu namorado tava traficando, num era dele as droga era dum cara aí nós tava la na parada, nós já ia sim-bora, aí as polícia chegou aí ele disse assim ‘se entrega porque eu sou de maior e tu diz que as droga é tua’ aí eu tive que falar”. Em contraponto, ao mesmo tempo que as mulheres são usadas, sobretudo devido a ideia cristalizada de que a mulher tem mais responsabilidade e ganha maturidade mais rápido do que os homens, foram dito pelas adolescentes que isso tem contribuído para a inserção de mulheres em cargos chefia. Nos conta Lilian:

Elas ficam em qualquer canto, hoje em dia. É comum hoje em dia. Pra mim hoje em dia o crime é comum. [chefiar] é um cargo muito pesado, é um cargo muito pesado. Mas hoje em dia, a mulher tem mais cabeça que o homem. Tem muita mulher que pensa mais do que o homem. Pensa mais que o homem, tem mais

cabeça que o homem. é reconhecida como qualquer outra pessoa.

Além disso, destacamos dentre os impactos da masculinidade hegemônica nas relações de poder-saber-Subjetivação nas tramas da violência urbana, a forma brutal como as adolescentes tem sido assassinadas nas dinâmicas da violência e a instrumentalização genderizada de seus corpos, são atitudes que os jovens de facções encontram nos *modos operandi* desses grupos a possibilidade para exercer uma masculinidade que coloca o feminino como território de disputa e performático de poder, constrói, assim um regime de terror que “decreta” a morte destas (SAGOT, 2013). Por isso, o outro efeito que apontamos é que as relações de poder dessas facções atuam dentro e fora das instituições de privação de liberdade. A exemplo dos seus mecanismos de controle dentro da instituição, quando uma adolescente chega ao Centro Socioeducativo as demais perguntam de que “áreas é” para saber a que facção “pertence” (que facção comanda o bairro em que reside). Como nos diz Japa, ela responde dentro e fora da instituição: “Eu falo é [local de moradia retirado] e faço símbolo da minha facção”. Acerca disso, Chinesa, mais uma interlocutora, nos conta que um dos juramentos no batismo (inscrição oficial na facção) é não negar a “camisa” (facção), contudo, como estratégia de sobrevivência não sai contando a todas que facção faz parte, pois sabe que existe rivalidade que pode culminar em ameaça e até assassinato.

É importante destacar que as relações de opressões sociais com as mulheres são históricas, e que a produção dos corpos desimportantes feminizados/genderizados é permeada pelo racismo, como destaca Grada Kilomba (2018) ao analisar a mulher negra como o Outro do Outro na sociedade quem tem o homem branco, hétero, burguês, europeu ou norte-americano como modelo hegemônico de humanidade. Fazendo com que tecnologias mortíferas fabriquem os corpos dissidentes como morríveis e matáveis (GOMES FILHO *et al.*, 2021). Isso também acarreta na sensação de insegurança, sobretudo devido as disputas territoriais entre as facções e a segregação espacial que já existia com jovens das periferias do capitalismo (BARROS *et al.*, 2019).

Novinha, uma jovem que em seu primeiro ato infracional foi apreendida, nos diz do medo que é viver como mulher no meio do belicismo cearense, em suas palavras: “Às vezes a gente vê assim, né? Com outros olhos, é com medo de sair certo horário, só... não sei.[...] É difícil, né? Viver assim, que a gente tem medo de sair pra certo canto,

complicado”. As subjetividades das participantes são constituídas pelo “viver acuado” (PASSOS; CARVALHO, 2015) em decorrência do medo diante da lógica de inimizade entre as facções e diante do próprio enquadramento da “envolvida” que popularmente torna suas vidas indignas e não passíveis de luto (BUTLER, 2016). Entre as disputas masculinas exercidas pelo Estado com envolvidos, que corrobora para o extermínio da juventude negra no Brasil, e das facções contra outras facções, observa-se a produção do corpo feminizado como forma do exibicionismo do “cabra macho” faccional no Ceará. O Estado que insiste em matar filhos de mulheres negras moradoras de margens urbanas (RODRIGUES, 2019) e os integrantes das facções que ao torturarem as adolescentes querem “mandar um recado” como nos diz Pérola, outra interlocutora, para a facção que “comanda” o território que a adolescente reside.

No entanto, seria simplista atribuir somente as facções o seu exercício necropolítico genderizado, quando na verdade há uma lógica machista e racista, como já apontamos, que estrutura as relações as relações sociais. Maria Lugones (2014), ao utilizar-se das noções da colonialidade do poder, do ser e saber dos estudos críticos à colonialidade do Grupo Modernidade/Colonialidade, especialmente a partir de Aníbal Quijano e Walter Dignolo, propõe a colonialidade de gênero para visibilizar a instrumentalidade do gênero como fundante do sistema mundo moderno colonial.

Nesse sentido, a colonialidade, perpetuação do colonialismo na atualidade, tornou-se uma ferramenta normativa, uma máquina de produção da diferença e da humanidade. Especificamente sobre a colonialidade de gênero, prepositiva da necropolítica de gênero, diz respeito aos exercícios de poder inter relacionados que fundam o gênero a partir de uma noção dicotômica, hierárquica e euro-anthropocêntrica que ontologicamente organiza o mundo em categorias separáveis e homogêneas. Cabe salientar que o gênero em sua intersecção com a raça como categorias analíticas foram apontadas por Aníbal Quijano, contudo, há uma diferenciação no raciocínio de Lugones acerca da centralidade do gênero na fabricação da modernidade.

Ainda que eu acredite que a colonialidade do gênero, como Quijano cuidadosamente a descreve, nos mostra aspectos muito importantes da intersecção de raça e gênero, seu quadro refaz o apagamento e a exclusão das mulheres colonizadas da maioria das

áreas da vida social, em vez de trazê-las de volta à vista. Em vez de produzir um rompimento, ele se acomoda no reducionismo da dominação de gênero. Ao recusar a lente do gênero quando caracteriza a inferiorização das anafêneas pela colonização moderna, Oyewùmi deixa clara a extensão e o alcance de tal inferiorização. Sua análise do gênero como construção capitalista eurocêntrica e colonial é muito mais abrangente que a de Quijano. Ela nos deixa ver a inferiorização cognitiva, política e econômica, mas também a inferiorização das anafêneas com respeito ao controle reprodutivo (LUGONES, 2014, p. 41, tradução nossa).

Desse modo, o diferencial da colonialidade de gênero é a inseparabilidade analítica entre a raça, gênero e colonialidade na formulação dos corpos em que o Estado tem historicamente protegido ou deixado a “mercê” em mundos de morte (SAGOT, 2013; MBEMBE, 2017).

Essa contextualização é importante para compreendermos as discussões propostas por Butler (2019) acerca dos marcos de reconhecimento e suas estruturas reiterável, a qual por meio da repetição, afirmam e rompem novas possibilidades de reconhecimento ou em sua estabilidade de vidas vivíveis ou vidas indignas. Assim como também é interessante para entendermos que vidas estão em condições mais precarizadas e que vidas estão mais protegidas. A noção butleriana de precaridade, ajuda-nos a analisar a distribuição desigual dos “estados” da vida, da volúpia punitiva penal que corrobora para o fortalecimento dos grupos criminosos em determinados territórios, da condição vulnerável em que o feminino se encontra, e, sobretudo, da condição máxima de precarização da vida em que as adolescentes estão submetidas (BUTLER, 2016).

Segundo Judith Butler (2016, p. 15) o sujeito é historicamente constituído dentro de normas e organizações sociais, políticos e econômicas que maximizam a condição precária e de vulnerabilidade de certas existências e as minimizam para outros. Em situações democráticas, caberia ao Estado o papel de minimizar as condições em que se encontra populações em maior vulnerabilidade, entretanto, observa-se que populações alvos que se encontram em zonas precárias, continuam em um nicho impossível de acender essa posição. O Estado, como indutor ou protetor dessa precarização produz condições (in) dignas de vida, de humanização (as vidas protegidas)

e de desumanização (vidas negligenciadas). Por exemplo, uma pesquisa coordenada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA, 2020) observou o baixo investimento em políticas públicas garantidoras de direitos de crianças e adolescentes, como isso tem afetado sobretudo infâncias e adolescências femininas, contribuindo ainda mais para a desigualdade de gênero e para a “feminização da pobreza” (CARNEIRO, 2011).

Alguns estudos articulam esse processo de feminização da pobreza com a inscrição de mulheres ao mercado de drogas, além disso, apresentam também a seletividade penal para com mulheres negras presas presas por tráfico de drogas, mantendo ativa a engrenagem que “mói” mulheres pobres, negras e habitantes de margens urbanas (MEDEIROS; COSTA, 2008; BARCINSKI; CÚNICO, 2016; BORGES, 2018; BARROS et al, 2019).

Segundo Montserrat Sagot (2014), a ascensão do neoliberalismo nas atuais democracias funciona sob a lógica da colonialidade do poder, do (neo)liberalismo político e do desfasamento do Estado garantidor de direitos sociais. Essa mudança ocasionou o alargamento abrupto da desigualdade e, conseqüentemente, da violência. Por isso, há em voga um projeto neocolonialista, atualizada na racionalidade neoliberal, por consequência, corrobora para pauperização do Estado de Bem-Estar Social e para expressões necropolíticas que gerenciam vidas e mortes (BROWN, 2019; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Cabe ainda ressaltar que as estruturas neocoloniais e necro-neoliberais, têm acentuado a necropolítica genderizada, nas quais as mulheres são historicamente alvos de políticas de extermínio devido ao aumento populacional, sobretudo de pessoas negras, além de prodizadas zonas de morte em que a sobre-vida é uma realidade em diferentes favelas brasileiras (GONZÁLEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2019).

Portanto, quando a vida de adolescentes e jovens mulheres estão sendo interrompidas, mortes essas que podem ser evitadas, mas que continuam a morrer ou que a condição de precariedade e vulnerabilidade não são minimizadas pelo o Estado, “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis.” (BUTLER, 2016, p. 53). Falamos então que o Estado tem sido uma instituição que corrobora para essa necropolítica de gênero, em produzir discursos que reverberam políticas mortíferas para as existência-corporeas

que são atravessadas pelo sexo/gênero feminino (GOMES FILHO *et al.*, 2021).

## Considerações finais

Nessa pesquisa abordamos os efeitos da privação de liberdade no cotidiando das adolescentes a quem recai o enquadramento de “envolvida”. Os acontecimentos-analisadores identificados a partir das análise cartográfica interseccional, apontaram para a produção de vidas constituídas pelo signo da desigualdade; o incremento e fortalecimento das facções criminosas, que dentro e fora das instituições de privação de liberdade, produzem mecanismos de controle e de coersão, sobretudo para que essas adolescentes assumam por atos ilícitos que os rapazes tenham cometido; a sensação de aprisionamento constante, o qual culmina na subjetivação do “viver acuado” diante da incerteza da vida e ainda discutimos sobre as formas como o Estado construiu para indução de máxima condição precária que as adolescentes estão submetidas. As malhas necropolíticas genderizadas oscilam que vidas devem morrer e quais devem ser geridas a serviço do capital. Essa condição social e politicamente constituída por formas de dominação que operam em diferentes dimensões da vida, sobretudo pela exposição precoce a violência, violações de direitos, pobreza, subalternidade corroboram para a aniquilação de de adolescentes e jovens mulheres no Ceará.

Essas discussões versam a partir de pressupostos da Psicologia Social e pela lente de leituras feministas a luz da interseccionalidade, esse diálogo epistemológico permitiu enxergarmos modernos aparatos coloniais sobrepostos. Nesse sentido, esse campo de saber social, toma a produção de subjetividades, grupalidades e territorialidades como tema de estudo e prática. Aliada as leituras de diferentes correntes feministas, contribuiu para a leitura da produção de existências feminizadas, genderizadas, tidas como frágeis, déceis e vítimas do sexismo racista brasileiro que historicamente despersonaliza suas vidas.

Por fim, sustentamos a premissa de que a privação de liberdade tem contribuído para uma maior vulnerabilização e risco diante os jogos de poder que engloba as tecnologias mortíferas genderizadas e racializadas. A violência colonial, a qual culmina as adolescentes como Outro do Outro, desumanizadas, fabrica subjetividades subjulgadas

e objeto de performance masculinistas, contribuindo, dessa maneira, para um ciclo de saídas e retornos as instituições de privação de liberdade e cada vez mais, tornanodo-as “dependente” do tráfico de drogas como meio de conseguir renda para sustentar a si e suas famílias. Cabe, portanto, construir/fortalecer políticas públicas e discursos que atuem/atuem na contramão das que enquadram essas adolescentes como a-bjetas, mas que corrobore para a diminuição de desigualdade, da feminização da pobreza e da volúpia punitiva que anseia a privação de liberdade.

## Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BARCINSKI, M.; CÚNICO, S.D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 59-70. 2016.

BARROS, J. P. P., *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488. 2019.

BENÍCIO et al, 2018. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 (núm.esp.2.), 192-207, 2018.

BOITEUX, L. Encarceramento feminino e seletividade Penal. **Rede de Justiça Criminal: Discriminação de gênero no sistema penal**, n. 9, p. 5-6, 2016. Disponível em <<https://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. (Cunha, A. M., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política anti-democrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011. (Coleção Consciência em debate).

CEDECA, **Nota técnica - Infância, gênero e orçamento público no Brasil**. Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Nota-Tecnica-Infancia-Genero-e-Orçamento-Publico-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

DAVIS, A. Y. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES FILHO, A. S. *et al.* E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Ver. Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1,, p. 276-297, 2021.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, v.1, n.1, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURAU, R. **A análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. *et al.* **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MAYORGA, C. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. **Athena Digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

MAYORGA, C.; RAZERA, E. F.; PEREIRA, M. S. (Orgs.). **Psicologia Social: sobre Desigualdades e Enfrentamentos**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. O que entendemos por feminização da pobreza? **Centro de Pobreza**, n. 58, p. 1-2, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1304/1268>>. Acesso em: 15 jul 2018.

MELO, D. L. B. e CANO, I. **Índice de homicídio na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2017.

NUNES, L. F. **“Quando vi, tava envolvida”**: atravessamento da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. 2020. 243f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

PAIVA, L. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Ceará. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 85, 165-184, 2019.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RODRIGUES, J. S. **Testemunhas da necropolítica**: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães. 2019. 171f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2019.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**. 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>> Acessado em: 01 nov. 2020.

SAGOT, M. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. *In*: CAROSIO, A. **Feminismos para un cambio civilizatorio**. Fundación Celarg, CLACLO, Centro de Estudios de la Mujer, Caracas-Venezuela, 2014. p. 39-66.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 16, p. 115-136, 2001.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. B.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femigenocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

SOUZA, M. E. M. C. S. S. **As mulheres e o tráfico de drogas**: linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil. Dissertação de mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, Brasil. 2015.